



Revista Estudos Feministas

ISSN: 0104-026X

ref@cfh.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

Rial, Carmen; Coelho de Souza Lago, Mara; Pillar Grossi, Miriam
Relações sociais de sexo e relações de gênero: entrevista com Michèle Ferrand
Revista Estudos Feministas, vol. 13, núm. 3, septiembre-diciembre, 2005, pp. 677-689
Universidade Federal de Santa Catarina
Santa Catarina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38114358013>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Relações sociais de sexo e relações de gênero: entrevista com Michèle Ferrand

Carmen Rial

Universidade Federal de Santa Catarina

Mara Coelho de Souza Lago

Universidade Federal de Santa Catarina

Miriam Pillar Grossi

Universidade Federal de Santa Catarina

O movimento feminista (e também os estudos sobre mulheres e os estudos de gênero) esteve desde sempre intensamente ligado à França. A história é conhecida: as exiladas da ditadura militar brasileira em Paris integraram os primeiros grupos feministas, surgidos durante os anos revolucionários do pós-maio/68 e, aos poucos, foram introduzindo idéias, práticas e pesquisas feministas também aqui. Michèle Ferrand, socióloga vinculada à equipe de pesquisa Cultures et Sociétés Urbaines (CSU) no Institut de Recherche sur les Sociétés Contemporaines (IRESCO), em Paris, uma das pesquisadoras de referência nos estudos feministas franceses, conviveu com essas brasileiras, acompanhou o início do movimento feminista e da inserção das mulheres nesse novo campo de estudos.

Formada em Economia e Sociologia, Michèle Ferrand trabalha desde 1968 no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) e tem desenvolvido ao longo de sua trajetória acadêmica pesquisas sobre questões da saúde, maternidade, aborto, escolarização feminina e inserção das mulheres no campo científico. Seus principais

livros são: *Interruption volontaire de grossesse*;¹ *Dire sa vie. Entre travail et famille. La construction sociale des trajectoires*;² *L'excellence scolaire, une affaire de famille*;³ *De la contraception à l'avortement. Sociologie des grossesses non prévues*.⁴ Publicou em português "A exclusão das mulheres da prática das ciências: uma manifestação sutil da dominação masculina", no número especial da *Revista Estudos Feministas – França, Brasil, Québec*,⁵ e organizou o número especial do *Caderno CRH – Questões de método: do qualitativo ao quantitativo*.⁶

Na entrevista a seguir, realizada quando de sua passagem por Florianópolis em setembro de 2004, a convite da linha de gênero do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC, explora-se a formação do campo científico dos estudos sobre mulheres e dos estudos de gênero na França, resgatando uma história que é também a nossa.

¹ FERRAND, 1987.

² FERRAND, 1991.

³ FERRAND, 1999.

⁴ FERRAND, 2002.

⁵ FERRAND, 1994.

⁶ FERRAND, 1999.

Revista Estudos Feministas (REF): Como a problemática das relações sociais de sexo foi construída e como situá-la em relação às abordagens de gênero?

Michèle Ferrand (MF): O termo *gênero* é muito recente na França (originou-se nas décadas de 1980 e 1990) e a abordagem em termos de *relações sociais de sexo* constituiu-se muito antes, numa conjunção de pesquisas empíricas e de reflexões teóricas.

As primeiras pesquisadoras feministas tinham como objetivo principal a denúncia da opressão vivida pelas mulheres. Essa denúncia implicava transpor uma reflexão sobre a mulher para chegar a uma análise da realidade social que as mulheres vivem, mostrando que não há uma essência, ou uma constância feminina, mas um grupo social que é sobrecarregado com um certo tipo de tarefas, designadas pela divisão social e sexual do trabalho: donde a necessidade de mostrar seu aspecto histórico e social (portanto, arbitrário e reversível).

Tratava-se, assim, de demonstrar que a constatação de uma diferença biológica entre os sexos não implicava em si uma relação de dominação de um sexo sobre o outro, nem a exclusão, para cada um dos dois sexos, das potencialidades oferecidas pelo outro.

Para demonstrá-lo era necessário apoiar-se em ferramentas de reflexão; em conceitos que permitissem ao mesmo tempo pôr em evidência uma opressão até então ocultada e perceber suas modalidades de funcionamento. O desenvolvimento da aparelhagem teórica das pesquisas feministas deu-se de maneira não linear: cada pesquisadora teve de se virar,⁷ inventando, redescobrimdo, apoiando-se no trabalho das outras, dialogando e polemizando. Nessas trajetórias, ao mesmo tempo individuais e coletivas, a postura epistemológica e a cronologia histórica nem sempre estiveram de acordo. Por isso, é difícil precisar a data do surgimento, e em seguida da adoção, do termo *relações sociais de sexo*, ao lado de uma terminologia que remete mais ao patriarcado, ao modo de produção doméstica, à determinação do sexo, às orientações sexuais, etc. Há termos que são utilizados concomitantemente, cujo emprego torna-se dominante, ou seja, que progressiva ou subitamente substituem o uso de conceitos precedentes, podendo igualmente ser utilizados de forma simultânea ou complementar.

A semente do conceito de *relação social de sexo* estava presente desde as primeiras teorizações pelo fato de pôr em relevo a dominação masculina, embora, no início, os termos *exploração* e *opressão* fossem os mais utilizados. Essa dominação aparece – graças aos trabalhos muito instrutivos de historiadoras e antropólogas – como sendo um dado geral,

⁷ Michèle Ferrand usa a palavra *bricoler*, termo que remete a compor a partir de conceitos prontos.

histórica e socialmente falando, e não foi abolida nem pela transformação dos modos de produção, nem pelo surgimento de modos de apropriação mais socializantes que os do capitalismo.

Na elaboração de uma abordagem em termos de relações sociais de sexo, a primeira etapa constituiu em conceder às mulheres o estatuto de objeto legítimo de pesquisa. Tratava-se de dirigir a atenção dos pesquisadores para uma metade da humanidade que era em grande parte esquecida pelas pesquisas, feitas em nome do universal masculino. Tratava-se de fazer com que as mulheres aparecessem onde até então eram invisíveis: o trabalho produtivo, a escola, a vida política e, evidentemente, o controle da procriação, o trabalho doméstico.

A segunda etapa consistiu numa verdadeira ruptura epistemológica, que permitiu provar que o sexo não era apenas uma variável suplementar, mas que levá-lo em conta induzia a uma revolução total das problemáticas, o que torna ultrapassados diversos resultados de pesquisas até então aceitos como válidos. Ao passar do estudo sobre as mulheres para as análises sobre os sexos e sobre as relações que estes mantinham entre si, algumas feministas francesas trouxeram à tona a existência de *classes de sexo*: a classe das mulheres sendo definida na relação que estas mantêm com a classe dos homens e vice-e-versa.

Ora, raciocinar em termos de categorias sociais ou de *classes de sexo* exige uma verdadeira ruptura com o naturalismo e com uma definição puramente biológica dos sexos. Dizer que as relações entre os sexos constituem uma relação social significa afirmar, ao mesmo tempo, que ambos formam um sistema. Presentes em todas as esferas da sociedade, as relações de sexo a estruturam e organizam do mesmo modo que as relações de classe ou de raça. Essas relações sociais de sexo possuem quatro características:

1. são *antagônicas*, relações de força que opõem os dois grupos em questão, um procurando manter sua dominação e o outro tentando libertar-se;

2. são *transversais*, não se limitando a uma esfera da sociedade e não se baseando, como se pretende com frequência, principalmente na família;

3. são *dinâmicas* e historicamente construídas e o resultado de uma correlação de forças em movimento contínuo. Afirmar que a dominação masculina pode ser encontrada em todas as sociedades não significa que ela constitua um "invariante": é uma construção sócio-histórica, podendo, portanto, ser subvertida. Homens e mulheres nascem dentro de uma sociedade definida por relações sociais de sexo, mas todos participam da produção e da reprodução dessas relações.

4. elas *bicategorizam*, definindo de forma hierárquica as categorias sociais de sexo, ou seja, atribuem posições para os homens e as mulheres na sociedade.

Falar em termos de relações sociais de sexo permitia mostrar como a dominação masculina resulta de um duplo processo: a “biologização do social” e a “socialização do biológico”, ou seja, que o social interpretava o sexo biológico, conferindo-lhe um determinado sentido. Encontramos isso na obra de Bourdieu *La domination masculine*,⁸ mas vinte anos após Nicole Claude Mathieu já tê-lo escrito... Nessa época (na virada da década de 1980 para a de 1990), o termo *gender*, no sentido de “sexo social”, não contava com a aprovação das pesquisadoras francesas, principalmente em razão da polissemia e da indefinição que seu uso trazia em diversas esferas. Assim, para diversas ONGs ou instâncias internacionais, o gênero significava pura e simplesmente... as mulheres, o que nos parecia a melhor maneira de eufemizar as problemáticas feministas. Seu emprego generalizado, em oposição ao sexo biológico, representava para as pesquisadoras francesas um duplo inconveniente.

⁸ Pierre BOURDIEU, 1998. Já traduzido para o português (*A dominação masculina*).

Primeiramente, mascarava o antagonismo sublinhado na utilização do termo *relações*;⁹ (em homologia com as relações de classe do marxismo), com o inconveniente de sugerir a existência eventual de uma complementaridade entre os gêneros, entre o masculino e o feminino, complementaridade que supõe diferenças de cuja existência as feministas francesas temiam. Com efeito, pelo menos dentro da corrente dita *universalista*, majoritária, a diferença transforma-se rapidamente numa hierarquização em termos de mais ou de menos. Isso fica muito claro no editorial do primeiro número de *Questions Féministes*, publicado em 1977: “pois nossa opressão não reside no fato de *não ser suficientemente mulher*, mas, muito pelo contrário, no de *sê-lo* por demais, nós somos impedidas de ter uma vida plena sob o pretexto de sermos ‘mulheres’, ‘diferentes’. É o sistema patriarcal que nos coloca como ‘diferentes’ para justificar nossa exploração, mascará-la. É ele que nos impõe a idéia de uma ‘natureza’, de uma ‘essência feminina’.”

⁹ Essa leitura não existe em português, no qual a tradução de *rapport* e de *relation* é geralmente feita pela mesma palavra: *relação*.

Além disso, e sobretudo, o emprego do termo *gênero* como equivalente de “sexo social”, no masculino e no feminino, remetia essencialmente ao cultural, podendo dar a entender que o sexo biológico era um dado “primeiro”, não cultural, existindo antes do social, imutável, inatingível. Enquanto que, aos nossos olhos, tratava-se justamente de uma releitura social e hierarquizada de diferenças anatômicas que, em si mesmas, não possuíam significação nenhuma.

Entretanto, o termo *relações sociais de sexo* era longo, pesado, difícil de utilizar nos títulos, etc... e, com a influência das anglo-saxãs e a ajuda das instituições internacionais, as

¹⁰ *Cadernos do Gênero* é a tradução dessa publicação que substituiu os *Cahiers du GEDISST*.

feministas francesas puseram-se, pouco a pouco, a utilizar o termo; principalmente em equipes de pesquisa como o MAGE (Mercado do Trabalho e Gênero) ou nos *Cahiers du Genre*, que sucederam os *Cahiers du GEDISST*,¹⁰ porém, sempre com uma certa reticência, em razão de seu aspecto redutor. Por isso, emprega-se freqüentemente a terminologia bastarda de *relações de gênero*, no sentido de manter uma idéia dinâmica.

REF: Quais eram as disciplinas mais envolvidas?

MF: Logo no início as pesquisas feministas pretenderam ser interdisciplinares, pois a análise da realidade vivida pelas mulheres implicava que todas as dimensões do social fossem interrogadas. Mas, na realidade, a questão das relações sociais de sexo emanaram mais diretamente dos sociólogos e antropólogos. O grupo do qual eu participava constituiu-se no início dos anos 1980 de maneira bastante informal, no Congresso Mundial de Sociologia do México para o qual, algumas entre nós, haviam decidido propor um grupo específico sobre “Sistema produtivo e estruturas familiares”, que em seguida deu origem à publicação do livro *O sexo do trabalho 1981-1984*.¹¹ Uma brasileira, já naquela época, integrava o grupo: Elizabeth Lobo.¹² Na seqüência, organizamos um seminário periódico, o APRE (Articulação Produção/Reprodução), que resultou numa mesa-redonda internacional, em Paris, que durou três dias, em 1987, sobre “As relações sociais de sexo”, na qual várias pesquisadoras estrangeiras, notadamente brasileiras, canadenses e européias, participaram. As relações sociais representavam então uma verdadeira corrente de pesquisa, que começava a ter uma clara influência sobre o mundo científico.

A visibilidade das pesquisas feministas não ocorreu da mesma maneira em todas as disciplinas. Algumas se mostraram mais receptivas que outras. Foi o caso da sociologia, da história e dos estudos anglo-saxões. Na psicologia, na antropologia ou, ainda, na demografia, a diferença dos sexos é um dado clássico, mas foi preciso que algumas pioneiras mostrassem que não basta levar em conta as diferenças entre homens e mulheres para fazer uma análise feminista: ainda que muito utilizada, a variável sexo nem sempre é problematizada. Em algumas disciplinas, as pesquisadoras feministas podiam ser contadas pelos dedos de uma mão, ou quase, tal era a rejeição da abordagem feminista: na filosofia, no direito, na economia, nas ciências políticas... Ora, acontece que a introdução da dimensão sexuada no mínimo compensa omissões prejudiciais e, no mais das vezes, provoca uma verdadeira revolução.

REF: No colóquio feminista francófono realizado em Toulouse, em 2002, viu-se a existência de um debate instituição/fora da

¹¹ Collectif, 1984. Essa obra, totalmente esgotada, mas ainda bastante citada, será reeditada no ano que vem na coleção Biblioteca do Feminismo, pela editora l'Harmattan, de Paris.

¹² Elizabeth Lobo, importante pesquisadora feminista brasileira, professora de sociologia na USP nos anos 1980, foi uma das introdutoras do conceito de gênero no Brasil. Nasceu em 30.8.1943 e faleceu em 15.3.1991.

instituição que nos parece ainda muito presente na França. O que você pensa dessa clivagem?

MF: Na França, nos anos 1970 e 1980, muitas militantes feministas eram estudantes, fazendo tese ou procurando trabalho no campo da pesquisa. É o que explica também, sem dúvida, o desenvolvimento das pesquisas feministas. As feministas procuravam inserir-se no mercado profissional e, em seguida, introduziam sua militância na instituição ou, mais precisamente, tentavam fazê-lo. É preciso dizer que, desde o início do movimento, instalou-se uma certa prática, principalmente no que diz respeito à escrita: a do trabalho coletivo, de vai-e-vem entre a teoria e a prática, que implicava igualmente a recusa das hierarquias acadêmicas e dos critérios classicamente reconhecidos do ponto de vista catedrático. Os primeiros textos feministas foram assinados com pseudônimos ou nomes desacompanhados de sobrenome. Ninguém devia se prevalecer das ações dos outros, de seu trabalho, e reivindicar em seguida uma produção individual: tal atitude era imediatamente denunciada como sendo uma estratégia para fazer carreira sobre as costas das mulheres... Mas essa atitude cedeu progressivamente lugar a um comportamento muito mais individualista. Algumas feministas, que alcançaram uma posição profissional, tinham de dar conta das exigências da instituição, em particular no que diz respeito às publicações. As que se mantiveram “fora”, que não possuíam um emprego estável, ou que tinham de ganhar sua vida de outra maneira, censuravam-nas por terem-se desinteressado das lutas, tomadas que estavam pelo seu próprio trabalho de pesquisa. As militantes denunciavam essa nova divisão do trabalho, na qual algumas faziam suas carreiras, de certa forma, sobre as costas das outras. Ao mesmo tempo, as pesquisadoras feministas dentro da instituição tinham que provar o tempo todo o caráter científico de seu trabalho: sobre elas pairava constantemente a suspeita de serem mais militantes do que cientistas. Esta é uma falsa querela que ainda continua, mas que tem por base uma realidade: a distância que se instaurou entre as pesquisadoras e as feministas – que estão sempre em campo, principalmente as que participam de associações, lutando em favor das mulheres – não se atenuou. As primeiras sublinham a importância das condições necessárias para serem cientificamente aceitáveis; as segundas as criticam por esquecerem o papel da luta. Isso ficou evidenciado numa grande pesquisa sobre as violências contra as mulheres, realizada em 1999 e 2000. Algumas associações que combatiam a violência e que haviam sido, no entanto, amplamente consultadas na fase de preparação da pesquisa criticaram os resultados da mesma por terem minimizado o problema, fornecendo dados que lhe pareciam

muito mais débeis do que os que elas constatavam. Ao mesmo tempo que queriam obter das pesquisadoras os “dados reais”, elas os contestavam. Ora, se é verdade que as feministas que trabalham nesse campo o conhecem freqüentemente melhor que as pesquisadoras, o que se passa no cotidiano, é sem dúvida difícil para elas manter a distância necessária para analisá-lo. E, no outro extremo, há pesquisadoras que querem garantir às pesquisas feministas a “respeitabilidade acadêmica”, que são partidárias da aplicação de critérios clássicos de exigência científica e são contrárias a “derrogações para objetos específicos”, o que conduz, incontestavelmente, a certa normalização da produção teórica feminista. A posição dessas pesquisadoras feministas – da qual compartilho – é que o capital simbólico fundado sobre a ação militante deve ser acompanhado de um grande capital científico, se quiser ser re-convertido a uma posição social dominante e não mais dominada dentro do campo científico.

REF: Como você ingressou no feminismo?

MF: Estava terminando meu curso de economia quando o feminismo entrou na minha vida, revirando-a totalmente (eu já era casada e tinha duas filhas pequenas!). Militava sobretudo em favor da liberdade de aborto e, como era economista da saúde, decidi fazer minha monografia de fim de curso (o equivalente ao atual DEA¹³) sobre os custos do aborto clandestino. A partir de um método utilizado na época (que era chamado de racionalização das decisões orçamentárias), tratei das vantagens econômicas do desenvolvimento da contracepção e da medicalização do aborto em comparação aos custos econômicos e sociais do aborto clandestino. Fui até premiada! Em seguida, continuei a trabalhar com a maternidade, a gravidez, o aborto, a contracepção e o desejo de ter filhos. Entrei para o CNRS graças a um projeto sobre essa temática e desenvolvi, mais especificamente, o tema do aborto. Eu tinha retomado, paralelamente, meu curso de sociologia, que me interessava muito mais que o de economia. Depois de ter trabalhado com a maternidade, comecei a trabalhar com a paternidade, com Anne Marie Devreux. Em seguida, com a família e sua articulação com o trabalho, através da comparação de trajetórias de homens e mulheres. Nessa pesquisa, interessei-me pelos programas televisivos sobre os pais e pelo papel da escola na reprodução das relações sociais de sexo. Então, mudei completamente de área disciplinar para trabalhar, durante vários anos, com as desigualdades de sexo na escola e com as carreiras atípicas de mulheres com estudos extremamente avançados nas áreas da matemática e da física, formadas pelas grandes escolas francesas: a Escola Normal Superior e a Escola Politécnica. No

¹³ DEA: sigla para *Diplôme d'Etudes Approfondies* (Diploma de Estudos Aprofundados), mais ou menos equivalente ao mestrado brasileiro (N. da T.).

fim da pesquisa, o INED (Instituto Nacional de Estudos Demográficos) me propôs participar de uma grande pesquisa sobre o aborto. Aceitei, com muito prazer, retornar aos meus primeiros objetos de estudo. Depois, ampliei meu campo de pesquisa trabalhando com a contracepção na África e com a sexualidade na França, em parceria especialmente com Nathalie Bajos e Michel Bozon.

REF: Fale-nos de seus trabalhos sobre a contracepção.

MF: O problema com a pretensa “revolução contraceptiva” é que, na França, ela foi traduzida por uma injunção normativa muito forte: nada de sexualidade sem contracepção, nada de criança não programada. Uma vez que hoje em dia possuímos os meios, todo nascimento deve ser voluntário e desejado. Ora, a prática da contracepção, no cotidiano, não é tão fácil para as mulheres. As normas que enquadram o comportamento das mulheres são contraditórias: elas têm de se realizar em sua vida de mulher, de casal, de profissional, mas não podem esquecer a maternidade, sem a qual uma mulher não é uma “verdadeira mulher”. Entretanto, a idade da mulher também é a idade de fazer carreira, e mesmo na França, reputada por suas creches e escolas, não há, em contrapartida, babás para cuidar das crianças... Tomadas por desejos contraditórios, as mulheres encontram-se às vezes em situações em que o controle da contracepção não é muito fácil. A pesquisa que fizemos com Nathalie Bajos e uma equipe do INSERM (Instituto Nacional de Saúde e Estudos sobre a Pesquisa Médica) mostra bem que as mulheres que ficam grávidas sem tê-lo previsto, e que na sua maioria abortam, não são irresponsáveis, mas mulheres que se viram numa situação de vulnerabilidade, quer por sua situação pessoal, quer pela do casal. A dominação masculina é exercida também na prática quotidiana da contracepção – as brasileiras bem o sabem! Mas a situação é, apesar de tudo, muito diferente nos nossos dois países, graças à legislação que autoriza o aborto.

Na realidade, o que descobrimos, Nathalie e eu, é que a contracepção e o aborto não são realmente as “alavancas que permitem reverter a dominação masculina”, como o diz de forma um pouco otimista Françoise Héritier.¹⁴ As mulheres poderiam ter se apossado desse poder que haviam lhe dado (a contracepção – fora o preservativo – é essencialmente feminina e o aborto depende unicamente da decisão da mulher) para fazer dele uma ferramenta contra a dominação masculina. Elas poderiam ter decidido não ter mais filhos (seguindo o exemplo de Simone de Beauvoir), ou ter filhos para si mesmas e não para a família ou para o cônjuge. Mas a grande maioria das mulheres considera que a maternidade é

¹⁴ Para essa discussão, ver Françoise HÉRITIER, 2004.

uma experiência da qual não querem abrir mão e continuam a querer ter filhos de um homem. A primeira razão que fornecem para explicar o recurso ao aborto é a ausência de pai, ou o fato de não considerarem seu parceiro sexual como um pai possível, ou que seu parceiro não deseja ter filhos.

REF: Você disse em sua palestra aqui na UFSC que as mulheres postergam cada vez mais a chegada de seu primeiro filho.

MF: Esse retardamento no nascimento do primeiro filho, que nasce, em média, na França, quando a mãe tem mais de 28 anos, explica-se essencialmente pela importância atribuída à escolaridade e à atividade profissional. Há relativamente poucas mães adolescentes: duas em três abortam, pois não se consideram suficientemente maduras para enfrentar um nascimento (e o conjunto da sociedade está de acordo em relação a esse ponto). Por outro lado, um nascimento atrapalharia totalmente suas perspectivas escolares e posteriormente sua inserção profissional. De uma forma geral, as mulheres com baixa escolaridade têm filhos entre os 22 e os 32 anos, e as mulheres com alta escolaridade postergam ainda mais e esperam, em muitos casos, ter um primeiro emprego estável.

REF: Como são vistos os homens que trabalham no campo de pesquisas feministas na França?

¹⁵ Categoria criada pelo feminismo para defender a existência de espaços sem a presença masculina (N. das R.).

MF: Em sua origem, a “não-mixidade”¹⁵ era a regra dentro do movimento de mulheres. As primeiras pesquisas feministas eram efetuadas exclusivamente pelas mulheres, o que contribuía para o seu estigma. Com a afirmação de uma abordagem em termos de relações sociais de sexo, encontramos na situação paradoxal da re-introdução da dimensão bissexual da sociedade, na qual não se podia tratar de um dos termos da relação, as mulheres, sem tratar igualmente do outro, os homens. E havia quase só mulheres para fazê-lo! O debate era, todavia, bastante discreto, pois os homens eram pouco numerosos. Não havia uma posição geral, diferentemente das feministas do Québec, por exemplo, que possuem uma atitude de clara recusa nesse domínio e falam de “recuperação [da temática] pelo poder do macho”.

A discussão em torno do colóquio preparatório à conferência de Pequim, em 1995, provocou um grande conflito, que dividiu profundamente as feministas francesas. O governo, num gesto notável de inabilidade, havia nomeado um comitê de organização composto por três homens e uma mulher!

¹⁵ Categoria criada pelo feminismo para defender a existência de espaços sem a presença masculina (N. das R.).

¹⁷ Em inglês no original.

Isso foi imediatamente tomado pela comunidade de pesquisadoras francesas como “uma grande ofensiva contra os estudos feministas”.¹⁶ Para Armengaud e Jasser, tal ofensiva fazia parte de um plano global das instituições universitárias e de pesquisa francesas, “que jamais haviam aceito os estudos feministas e os ridicularizaram e marginalizaram desde a sua criação, para eliminá-los completamente. Esse plano prevê a substituição dos estudos feministas pelos estudos sobre a ‘questão das mulheres’ que, orientados por homens, vão se concentrar, de agora em diante, na ‘conciliação’ – pelas mulheres – do trabalho e da família”, declara o *abstract*.¹⁷ Elas então fizeram um apelo ao boicote do colóquio, que acabou sendo realizado. Os “homens” do comitê de organização (especialmente Michel Bozon e François de Singly) constituíram, habilmente, um comitê científico composto essencialmente de mulheres cujo trabalho era bastante reconhecido.

Em termos de princípio, não vejo o que impossibilitaria os homens de trabalhar com o gênero, mas a “mixidade” na pesquisa feminista apresenta um risco grande, o da recuperação, oposto ao do gueto.

A “mixidade” apresenta a vantagem da abertura e da confrontação, mas ela não é isenta de perigo. As relações sociais de sexo e a dominação masculina funcionam também na pesquisa: um mesmo discurso, uma mesma análise, não tem a mesma escuta nem o mesmo alcance se for escrito por um homem ou por uma mulher (uma mente aberta diante de uma feminista rancorosa...). Principalmente porque o campo da pesquisa não é acolhedor para as mulheres, a ciência e a feminilidade dificilmente andam lado a lado nos estereótipos. Além disso, encontramos na pesquisa todos os clichês e todas as práticas presentes na sociedade, e as mulheres enfrentam aqui, como nos outros lugares, as mesmas dificuldades e as mesmas desvantagens (para falar em público, mostrar-se, apropriar-se de seu tema e de seus resultados, graças a fenômenos de auto-renúncia, auto-exclusão, autodesvalorização, etc.). Penso que é preciso, portanto, aceitar a mixidade e armar-se contra as manifestações da dominação masculina dentro do próprio campo científico.

Referências bibliográficas

- ARMENGOD, Françoise; JASSER, Ghaïss. “Une offensive majeure contre les études féministes”. *Nouvelles Questions Féministes*, v. 15, n. 4, p. 7-20, 1994.
- BAJOS, Nathalie; FERRAND, Michèle et l'équipe GINE. *De la contraception à l'avortement. Sociologie des grossesses non prévues*. Paris: Editions de l'Inserm, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *La domination masculine*. Seuil: Paris, 1998.

- BUTLER, Judith "Simplement culturel?". *Actuel Marx*, n. 30, p. 201-216, 2001. Collectif. *Le sexe du travail*. Paris: PUF, 1984. [KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée et al. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986].
- COMBES, Danielle; DAUNE-RICHARD, Anne-Marie; DEVREUX, Anne-Marie. "Mais à quoi sert une épistémologie des rapports sociaux de sexe?". In: HURTIG, Marie Claude; KAIL, Michelle; ROUCH, Hélène (Orgs.). *Sexe et genre. De la hiérarchie entre les sexes*. Paris: Editions du CNRS, 1991.
- DAGENAIS, Huguette; DEVREUX, Anne-Marie. "Les hommes, les rapports sociaux de sexe et le féminisme: des avancées sous le signe de l'ambiguïté". *Nouvelles Questions Féministes*, numéro conjoint "Ils changent, disent-ils", v. 19, n. 2, 3, 4, et *Recherches Féministes*, v. 11, n. 2, p. 1-22, 1998.
- DAUNE-RICHARD, Anne-Marie; DEVREUX, Anne-Marie. "Rapports sociaux de sexe et conceptualisation sociologique". *Recherches Féministes*, n. 5, p. 7-30, 1992.
- DELPHY, Christine. *L'ennemi principal*. Paris: Syllepse, 1998.
- DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs.). *Histoire des femmes en Occident*. Paris: Plon, 1991. 5 v.
- FERRAND, Michèle. *Interruption volontaire de grossesse*. Paris: PUF, 1987. (Collection Que sais-je?).
- _____. *Dire sa vie. Entre travail et famille. La construction sociale des trajectoires*. Paris: CSU, 1991.
- _____. "A exclusão das mulheres da prática das ciências: uma manifestação sutil da dominação masculina". *Revista Estudos Feministas*, número especial *França, Brasil, Québec*, p. 358-367, 1994.
- _____. *L'excellence scolaire, une affaire de famille*. Paris: L'Harmattan, 1999.
- _____. *De la contraception à l'avortement. Sociologie des grossesses non prévues*. Paris: Editions de l'INSERM, 2002.
- _____. *Féminin-Masculin*. Paris: La Découverte, 2005.
- FERRAND, Michèle (Org.). *Caderno CRH*, número especial *Questões de método: do qualitativo ao quantitativo*, n. 30-31, 1999.
- GARDEY, Delphine; LÖWY, Ilana. *L'invention du naturel. Les sciences et la fabrication du féminin et du masculin*. Paris: Editions des Archives Contemporaines, 2000.
- GUILLAUMIN, Colette. *Race, sexe et pratique du pouvoir: l'idée de nature*. Paris: Editions Côté Femmes, 1992.
- HÉRITIER, Françoise. *Masculin, féminin. La pensée de la différence*. Paris: Editions Odile Jacob, 1996.
- _____. "Janos de duas faces: implicações conceituais da fertilidade feminina". In: RIAL, Carmen; TONELI, Juracy (Orgs.). *Genealogias do silêncio: feminismo e gênero*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004. p. 15-28.
- HURTIG, Marie Claude; KAIL, Michelle; ROUCH, Hélène (Orgs.). *Sexe et genre. De la hiérarchie entre les sexes*. Paris: Editions du CNRS, 1991.
- KERGOAT, Danièle. "Em defesa de uma sociologia das relações sociais: da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação". In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée et al. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 79-93.
- _____. "Le rapport social de sexe. De la reproduction des rapports sociaux à leur subversion". *Actuel Marx*, n. 30, p. 85-100, 2001.
- LAUFER, Jacqueline; MARRY, Catherine; MARUANI, Margaret. *Masculin-Féminin: questions pour les sciences de l'homme*. Paris: PUF, 2001.

RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO E RELAÇÕES DE GÊNERO: ENTREVISTA COM MICHÈLE FERRAND

MATHIEU, Nicole-Claude. "Notes pour une définition sociologique des catégories de sexe". *Epistémologie Sociologique*, Paris, n. 1, 1971. p. 19-39. [MATHIEU, Nicole-Claude. *L'anatomie politique: catégorisations et idéologies du sexe*. Paris: Editions Côté Femmes, 1991].

PICQ, Françoise. *Les années mouvements*. Paris: Le Seuil, 1993.

Tradução de Mariana Joffily
Revisão técnica de Miriam Grossi e Carmen Rial